

## ANEXO I

**Quadro 2.8.3 – A legislação ambiental e o enquadramento da atividade mineradora**

Legislação	Enquadramento	Objetivo	Medidas
Código de mineração Decreto - Lei 227/1967	Mineração classe II - EIA/RIMA	Estabelece critérios para a concessão de autorização de pesquisa e lavra mineral	- Pesquisa mineral - Aproveitamento dos recursos minerais
Constituição Federal	Exploração de terra	Responsabilidade ambiental pelos danos ao meio ambiente	Estudo prévio de impacto ambiental
Lei 10.257/2001 Estatuto da Cidade	Ordenamento e controle do uso do solo urbano	Estabelecer instrumentos de política urbana	- Estudo prévio de impacto ambiental - Estudo de impacto de vizinhança (EIV)
Resolução Conama 10/1990	Extração mineral classe II	- Obtenção de licença de instalação de empreendimentos de extração de bens minerais de uso na construção civil	- Relatório de controle ambiental – RCA - Para licença de instalação apresentar Plano de controle ambiental – PCA
Resolução Conama 237/1997	- Extração e tratamento de minerais – lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento	Licenciamento da localização e instalação de atividades utilizadoras de recursos, que possam causar degradação ambiental.	Prévio licenciamento do órgão ambiental
Resolução Conama 307/2002	Resíduos classe A	- Gestão dos resíduos da construção civil	Proporcionar benefícios de ordem social, econômica e ambiental.
O uso, a ocupação e o parcelamento do solo no Município de Guarulhos lei 6.253/2007	Categoria III- C3 atividades comerciais classificadas como incomodas	- Garantir o uso adequado dos recursos naturais e incentivar a recuperação do meio ambiente	- Terraplanagem e tratamento contra a erosão - Ao cessar a atividade de extração mineral deverá ser feito o PRAD (art.46§1º)
Sistema de gestão sustentável de resíduos da construção civil e resíduos volumosos Lei 24688/2007	Movimentação de grandes volumes para construção civil	- monitorar as ações dos geradores, transportadores e as instalações para manejo de grandes volumes.	- Orientar as ações de fiscalização relativas aos resíduos da construção civil.
Regulamenta o plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil e volumosos Decreto 25754/2008	Classe A - resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como componentes cerâmicos, argamassa, concreto e outros inclusive solos.	Empreendimentos geradores de grandes volumes, que requeiram expedição de alvará para sua execução.	- Expedição de licença de funcionamento para o empreendimento pelo DLU - Compatibilidade da área com a legislação de uso do solo e com a legislação ambiental - Soluções para proteção das águas subterrâneas e superficiais
Código de edificações e licenciamento urbano Lei 6046/2004	Movimento de terra em áreas superiores a 5.000m <sup>2</sup> Áreas de empréstimo, aterro ou disposição de resíduos inertes.	Avaliação das interferências ambientais	- Necessário o licenciamento da atividade pelo SEMA - Projeto de movimentação de terra assegurando a estabilidade, a drenagem e prevenindo a erosão.
Código de posturas Lei 3.573/1990	Exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro.	- Licenças de exploração com prazo fixo - evitar a obstrução das galerias de águas	Delimitação exata da área, indicação do relevo, indicação dos mananciais.
Código de edificações e desenvolvimento urbano Lei 100/2004	Movimento de terra	Emissão de alvará de construção	Movimento de terra acima de 300m <sup>2</sup> deve prever o reaproveitamento do solo fértil
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social Lei 6055/2004.	Área degradada passível de recuperação de acordo com o uso do solo	- Preservar e recuperar o meio ambiente de acordo com o uso e ocupação do solo compatível - Usar adequadamente e recuperar o meio ambiente	Promover a recuperação de áreas degradadas
Lei 6938/1981	Política nacional do meio ambiente	- Licenciamento e revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras	- Avaliação de impacto ambiental - licenciamento ambiental
Decreto 88.351/1983 e 99.274/1990	- Princípio poluidor pagador - Responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente	Regulamenta a política nacional do meio ambiente	Compensação e mitigação dos impactos
Lei 7.347/1985	Lei dos interesses difusos	Ampliação do conceito de dano ambiental	Proteção ambiental aos moradores de uma região ou grupo indeterminado de pessoas